

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA – ARPA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA QUE IRÁ REALIZAR A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO AMAPÁ.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA/AM/
RDS do RIO AMAPÁ

Manaus-AM, maio de 2025.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RDS DO RIO AMAPÁ

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Dados gerais da unidade

- Categoria: Uso Sustentável
- Nome da unidade: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Amapá
- Órgão responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
- Estado: Amazonas
- Município que abrange a unidade: Manicoré
- Área da unidade: 216.108,73 ha

2. CONTEXTO

2.1 Breve histórico

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Amapá foi criada por meio do Decreto nº 25.041, de 1º de junho de 2005, com o propósito de conciliar a preservação ambiental com a melhoria das condições de vida das populações tradicionais que habitam a região.

Sua criação tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, priorizando a redução da pobreza e a valorização de práticas tradicionais que respeitem os limites ecológicos do território. Além disso, busca assegurar a proteção dos recursos naturais e dos valores socioculturais da área, incentivando atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental e a manutenção do equilíbrio ecológico.

A RDS do Rio Amapá também se destaca como um importante espaço para a realização de pesquisas científicas voltadas a modelos de desenvolvimento sustentável aplicáveis ao contexto amazônico. Esses estudos contribuem para o uso racional da biodiversidade local, permitindo que os conhecimentos gerados beneficiem diretamente as comunidades residentes e outras regiões com características semelhantes.

Outro aspecto fundamental da reserva é a promoção da participação comunitária na gestão e proteção dos recursos naturais. Por meio de mecanismos de organização social, os próprios moradores exercem atividades de fiscalização e manejo dos recursos da flora, fauna, águas, solo e subsolo, abrangendo também as

etapas de extração, produção, transporte, consumo e comercialização dos produtos e subprodutos florestais.

A unidade ainda permite e incentiva o manejo sustentável de espécies animais abundantes, desde que respaldado por estudos técnico-científicos que comprovem sua viabilidade ecológica e econômica. Tais práticas devem estar alinhadas ao Plano de Gestão da reserva e aos planos de manejo específicos de cada espécie, sempre em conformidade com a legislação ambiental vigente.

De acordo com a versão mais recente do Plano de Gestão da Unidade, aproximadamente 547 famílias residem na RDS do Rio Amapá, distribuídas em doze comunidades localizadas às margens do Rio Madeira, sendo nove localizadas no rio e lagos, duas na BR174 e 1 na BR319, sendo a logística realizada saindo de Manaus.

. A base econômica dessas populações está fundamentada no agro extrativismo, com destaque para a agricultura familiar, a pesca de subsistência e o extrativismo florestal.

2.2 Características

Origem do nome da RDS: A RDS do Rio Amapá tem a sua denominação devido ao rio Amapá que corta a Unidade em toda sua extensão. Durante o processo de formação e criação da Reserva, foram realizadas consultas públicas, onde se discutiu, entre outros assuntos, qual seria a denominação da Unidade. Na época, os atores envolvidos nesse processo (comunitários, entidades locais, associações e instituições do governo) optaram em votação pela denominação Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Amapá.

Atributos Naturais: Localizada no interflúvio Madeira-Purus, a paisagem da RDS do Rio Amapá é caracterizada por uma diversidade de formações vegetais, incluindo Mata de Terra Firme — com alta densidade de castanheiras (*Bertholletia excelsa*) —, Igapós, Campinas e Campinaranas. A área é drenada pelos rios Amapá e Jutai e integra um complexo de campos isolados reconhecido pelo elevado grau de endemismo. Esses campos apresentam ambientes singulares que abrigam espécies típicas do Cerrado e da Campina Amazônica. A região também se destaca por sua função ecológica como importante área de cabeceiras, com drenagem superficial e sujeita a alagações sazonais.

Biodiversidade: A RDS do Rio Amapá apresenta elevada diversidade biológica, com destaque para a flora e fauna, incluindo espécies endêmicas e raras.

Entre os registros de endemismo, destaca-se o porco-espinho *Coendou roosmalenorum*, espécie exclusiva da região. Também está presente o sapo-de-dedo-azul (*Colostethus caeruleodactylus*), de ampla distribuição dentro da unidade de conservação. Estudos recentes identificaram quatro espécies novas de aves na área, entre as mais de 200 registradas: o gavião *Leucopternis* sp. nov., o chororozinho *Herpsilochmus* sp. nov., a maria *Hemitriccus* sp. nov. e a gralha *Cyanocorax* sp. nov. Rastros e avistamentos de mamíferos de médio e grande porte, como a anta (*Tapirus terrestris*), a onça-pintada (*Panthera onca*) e a suçuarana (*Puma concolor*), também foram registrados, indicando a boa integridade ambiental da área. A presença significativa de ariranhas (*Pteronura brasiliensis*) no rio Amapá sugere uma elevada disponibilidade de peixes, evidenciando a boa qualidade ambiental do ecossistema aquático local.

2.3 Localização e acessos

O acesso à RDS do Rio Amapá pode ser realizado por via aérea ou fluvial, partindo da cidade de Manaus até o município de Manicoré. Pelo transporte aéreo, há voos regulares disponíveis durante a semana. Já o acesso fluvial pode ser feito por meio de barcos regionais, que realizam o trajeto Manaus–Manicoré em aproximadamente três dias de viagem, operando na maioria dos dias da semana. Outra alternativa mais rápida são as lanchas expressas, que fazem o mesmo percurso às sextas-feiras, com duração média de 12 horas.

A partir da sede do município de Manicoré, o acesso às comunidades localizadas na RDS do Rio Amapá é feito por meio de barcos ou voadeiras, seguindo pelas margens do rio Madeira. Para acessar a área da reserva, é necessário utilizar uma voadeira ou uma rabeta até determinadas comunidades, e em seguida percorrer um trecho por via terrestre, que pode variar em até 30 quilômetros.

O trajeto mais comum entre os visitantes começa com o deslocamento de barco ou voadeira até a comunidade de Democracia. De lá, o percurso segue por terra, utilizando o ramal 174 até a rodovia estadual AM-464. Após percorrer essa estrada, é possível chegar ao rio Amapá, de onde se segue viagem por voadeira, motor rabeta ou canoa até o interior da reserva.

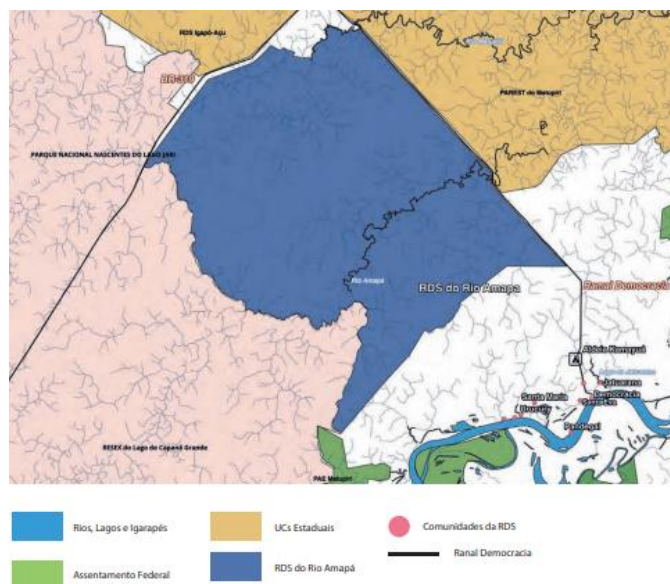


Figura 1- Mapa de localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Amapá e entorno

3. JUSTIFICATIVA

A ameaça em escala global aos ecossistemas ainda intactos, ou que sofreram poucas alterações, tem levado especialistas e governantes a buscarem formas de conservação e preservação do meio ambiente, tendo como principal missão conter o avanço e o crescimento dos processos que ameaçam esses ecossistemas.

A criação da RDS do Rio Amapá e outras categorias de áreas protegidas tem sido a principal estratégia para a conservação da biodiversidade que contam com um Plano de Gestão, um documento técnico e gerencial, fundamentado nos objetivos da RDS, que estabelece o seu zoneamento, as normas que devem regular o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estrutura física necessária à gestão da Unidade.

Para se avaliar esse Plano de Gestão é preciso uma revisão e atualização de conteúdo dos documentos já existentes, além de entrevistas com gestores e atores envolvidos que atuam diretamente na gestão da RDS do Rio Amapá e seu entorno. Toda essa referência coletada possibilitará a atualização do Plano de Gestão que identificará potencialidades evitando, possíveis imperícias na ampliação do modo de vida sustentável na Reserva.

4. OBJETIVO

Contratar serviços de consultoria de pessoa jurídica visando a revisão e atualização do Plano de Gestão da Unidade de Conservação denominada Reserva

de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Amapá, localizada no município de Manicoré, no Estado do Amazonas.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Realizar a avaliação das atividades previstas e executadas na versão original do Plano de Gestão da unidade.
- b) Atualizar os dados socioeconômicos e fundiários da RDS do Rio Amapá e do entorno da Unidade de Conservação;
- c) Diagnosticar as fragilidades e potencialidades da RDS do Rio Amapá e do entorno da Unidade de Conservação;
- d) Diagnosticar e avaliar os impactos socioeconômicos e ambientais dentro e no entorno da Unidade de Conservação;
- e) Realizar o levantamento das cadeias produtivas existentes e potenciais na RDS do Rio Amapá e no entorno da Unidade de Conservação;
- f) Atualizar o zoneamento e as regras de uso dos recursos naturais dentro e no entorno da Unidade de Conservação;
- g) Atualizar, propor e discutir os programas de gestão, com foco na temática de apoio as cadeias produtivas e políticas públicas da Unidade de Conservação e seu entorno;
- h) Fornecer relatórios parciais das atividades realizadas;
- i) Disponibilizar relatórios em mídia digital e impressa;
- j) Entregar para a SEMA-AM toda base geográfica digital (*shapefiles*) e os registros fotográficos das atividades e eventos.

6. ABRANGÊNCIA

O levantamento socioeconômico deverá ser realizado em nove comunidades ribeirinhas situadas no entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Amapá, além de em duas comunidades localizadas ao longo da BR-174 e uma comunidade localizada na BR319, sendo que uma delas é caracterizada como indígena.

Além dessas localidades, o diagnóstico deverá considerar possíveis moradores isolados ao longo dos trechos das rodovias BR-174 e BR-319, a fim de garantir uma cobertura abrangente da área de influência da reserva.

Os documentos produzidos deverão apresentar um nível de detalhamento adequado e utilizar linguagem clara, técnica e acessível, de modo a assegurar sua completa compreensão pelos órgãos responsáveis. A entrega dos produtos deverá seguir rigorosamente os prazos estabelecidos no Plano de Trabalho, respeitando os limites previstos neste Termo de Referência.

As informações geográficas obtidas deverão ser organizadas em um sistema compatível com a plataforma ArcInfo, sendo também operacionalizáveis no ambiente ArcView. A representação cartográfica seguirá o padrão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando a escala de 1:250.000 como referência principal. Quando for necessário maior detalhamento, a escala apropriada deverá ser proposta pelo executor e justificada tecnicamente para aprovação do contratante.

O registro espacial das informações — como dados georreferenciados, pontos de amostragem e demais elementos — deverá ser compatível com a escala adotada, a fim de garantir precisão e evitar qualquer impropriedade no posicionamento geográfico das informações.

7. ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO

Os serviços de consultoria objeto deste contrato seguirão as orientações da equipe da SEMA-AM para a revisão do Plano de Gestão, seguindo as metodologias e estratégias apresentadas nos Roteiros Metodológicos disponíveis para Elaboração e Revisão de Planos de Gestão de Unidades de Conservação Estadual do Amazonas e nas diretrizes institucionais apontadas pela SEMA-AM que supervisionará e aprovará os respectivos da consultoria.

Além dos estudos demandados, a revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Amapá deverá considerar os estudos e documentos já existentes sobre o conjunto de Unidades de Conservação.

Também para fins de operacionalização logística, a CONTRATADA, deve atentar para o período de sazonalidade de cheia e vazante dos rios no que tange o acesso as populações, comunidades, setores e áreas estratégicas dessa região. Sugerimos que as atividades de campo sejam realizadas no período médio das cheias dos rios, que compreende os meses de fevereiro a junho.

Os técnicos da SEMA-AM deverão, sempre que possível, participar das atividades de levantamento e processamento das informações, buscando proporcionar maior envolvimento da equipe com as metodologias e os resultados deste trabalho, para fins de monitoramento e avaliações futuras dos documentos.

A CONTRATADA deverá apresentar os produtos em versão preliminar, em formato digital, para análise e aprovação da SEMA-AM. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação, a CONTRATADA deverá proceder com as alterações necessárias até que o produto atenda às exigências solicitadas, resultando na versão final, que deverá ser entregue em formato digital e impresso, conforme as especificações dos produtos. Ressalta-se que a SEMA-AM poderá solicitar, no máximo, duas revisões de cada produto entregue, com prazo de retorno à contratada de até dez dias. Destaca-se, ainda, que o pagamento pelos produtos apresentados será realizado somente após sua análise e aprovação pelo Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA.

Para elaboração da agenda de campo, a CONTRATADA deverá planejar a logística das atividades em conjunto com o chefe da Unidade de Conservação, considerando o prazo de mobilização social para operacionalização das reuniões comunitárias, bem como, as distâncias para realização das ações. A CONTRATADA e sua equipe deverão se deslocar, conforme programação a ser estabelecida no plano de trabalho, à sede da Unidade de Conservação objeto do contrato, localizada no município de Manicoré e à sede da SEMA em Manaus-AM.

Para as atividades de coleta de campo, que incluem a atualização dos dados socioeconômicos e de planejamento estratégico (dados primários), bem como a atualização dos dados secundários referentes a fatores biológicos e ecológicos, deverá ser constituída agenda de trabalho com prazos estipulados e autorização prévia do órgão gestor.

O acesso à RDS do Rio Amapá e às comunidades ao redor da Unidade de Conservação (UC), a partir do município de Manicoré, é realizado por via fluvial, utilizando os equipamentos da própria UC. A gestão da UC ficará responsável por toda a logística necessária para a execução das atividades de campo, que incluem 08 dias para as reuniões setoriais do produto 2 e 05 dias para as oficinas participativas do produto 3. A partir de Manicoré, os custos com alimentação, combustível e logística para realizar as ações de campo serão arcados pela UC. No entanto, as passagens e diárias em Manaus e no próprio município de Manicoré serão de responsabilidade da CONTRATADA.

O deslocamento da equipe contratada até o município de Manicoré será custeado pela consultoria, apresentamos a logística no quadro abaixo:

LOGÍSTICA DE ACESSO PARA CHEGAR À SEDE – Manicoré	
AÉREO	Do município sede da consultoria até a capital Manaus
FLUVIAL	Passagem fluviais (Lancha expresso ou recreio) a ser adquirida na agência de viagem em Manaus.
TERRESTRE	Para acesso a comunidade situada na BR 319 será via terrestre, via veículo oficial.

É importante considerar que a equipe técnica da consultoria chegará em Manicoré com um dia de antecedência para se instalar na cidade antes de seguir para o campo, e também precisará de um dia de permanência na cidade após o retorno do campo, antes de seguir para o município de origem. O custeio da hospedagem e alimentação nesses períodos ficará a cargo da CONTRATADA, no município sede da UC.

A concepção metodológica a ser desenvolvida no trabalho incorpora o princípio de envolvimento dos participantes na realidade da comunidade, considerando seu modo de vida, vias de acesso e atividades econômicas, além do comprometimento de participação consciente o suficiente para observar as questões sociais, políticas, éticas e de cidadania da região.

Para que as lideranças possam participar ativamente da Oficina de Planejamento Participativo - OPP (que implica em tomada de decisão, cumprimento de regras estabelecidas, respeitando as falas, ideias e conhecimento) se faz necessário que estejam instrumentalizadas e conscientes sobre o seu papel enquanto agentes participativos, capazes de se manifestar e descreverem sobre a realidade em que vivem, de modo que suas deliberações e discussões sejam documentadas no produto final.

8. ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades relacionadas à revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Amapá serão desdobradas em 05 etapas, conforme consta abaixo:

ETAPA 1 – Organização do Plano de Trabalho

A elaboração do plano de trabalho exigirá a realização de duas reuniões. A primeira será uma reunião virtual preparatória, com o objetivo de alinhar as

expectativas com a SEMA e fornecer subsídios para a construção do plano. A segunda reunião será presencial, destinada à apresentação do plano e ao aperfeiçoamento das atividades. Para essas reuniões, será necessária a participação presencial de um representante da CONTRATADA (Coordenador Geral) e os demais técnicos envolvidos poderão participar de forma virtual.

A Reunião de Organização do Planejamento, realizada presencialmente, terá duração de um dia e ocorrerá na cidade de Manaus/AM. Durante esta reunião, o Plano de Trabalho será apresentado, e a CONTRATADA poderá sugerir alterações e revisões. Essas modificações poderão ser realizadas até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, conforme o Termo de Referência proposto pela SEMA/AM.

Nestas reuniões serão definidas e niveladas, as estratégias, metodologias, logística e cronograma das etapas de revisão do Plano de Gestão, a serem incluídas em um cronograma detalhado, conforme modelo a ser disponibilizado pela CONTRATADA. Nessa fase será disponibilizado à CONTRATADA o banco de dados de informações sobre a UC, de posse da SEMA/AM, além das referências legais, técnicas e metodológicas que nortearão a revisão do Plano de Gestão.

PRODUTO 1: Plano de Trabalho contendo o cronograma detalhado e sistematizado, que definirá as atividades, seus responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico-financeiro, prazos e insumos necessários, em formato digital.

PRODUTO 2 : **Versão preliminar da atualização do diagnóstico socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão, plano de proteção e atualização dos dados fundiários em forma digital.**

Nesta etapa, será realizada uma incursão à área da UC, com a participação da equipe da CONTRATADA e da equipe gestora da UC, com duração aproximada de 15 dias, a ser definida previamente no plano de trabalho. Durante esse período, serão realizadas, aproximadamente 12 reuniões, sendo em média 3 reuniões por dia, com o objetivo de coletar dados primários em campo, abordando aspectos socioeconômicos, como renda e escolaridade dos entrevistados, cadeias produtivas fundiárias, uso público, zoneamento, regras de uso e programas de gestão - todos subsidiados pelas entrevistas. A CONTRATADA será responsável pela aplicação das consultas/entrevistas participativas e colaborativas, envolvendo tanto os moradores

da região quanto os demais usuários que mantêm relações diretas ou indiretas com a RDS do Rio Amapá e seu entorno.

Com o apoio técnico da SEMA, a CONTRATADA será responsável por sensibilizar as instituições parceiras e as organizações da sociedade civil sobre o processo de atualização do Plano de Gestão da RDS do Rio Amapá. A coleta atualizada dos dados dos moradores será realizada por meio do Diagnóstico Rápido Participativo.

Sistematização e análise das informações disponíveis.

A revisão do plano de gestão requer buscar, sistematizar e analisar dados pré-existent sobre o meio físico, biótico, socioeconômico, fundiário, pesquisa e regra de uso – Volume I; Zoneamento, regras de uso e programas de gestão – Volume II, relacionados ao Plano de Gestão vigente e demais dados e informações oficiais, seguindo o Roteiro Metodológico de Elaboração de Planos de Gestão da SEMA. Esse documento, a identificação do material relevante, as respectivas lacunas de informação que surgirão durante o planejamento dos trabalhos e as atividades de campo serão a base do diagnóstico para a atualização das informações do Plano de Gestão da UC, o qual será elaborado segundo definição na **Etapa 1 – Plano de Trabalho**, com a identificação do material relevante aos planejamentos e as respectivas lacunas de informação.

A CONTRATADA compilará os dados secundários disponibilizados pela SEMA-AM durante as atividades de campo, equiparando as informações e atualizando os dados.

Todas as referências utilizadas deverão ser disponibilizadas em um banco de informações que acompanharão o Diagnóstico Preliminar.

Levantamento de campo

Com base no diagnóstico apresentado na sistematização de dados secundários, a CONTRATADA realizará as atividades de campo conforme metodologias apresentadas no Produto 1 e seguindo as orientações discriminadas abaixo para atividades de coleta de dados primários e reconhecimento de campo.

A CONTRATADA será responsável por determinar a quantidade de técnicos necessários para a realização da coleta de dados primários, considerando que, nas estimativas de custo do OG, será contemplada a participação de no máximo 5

profissionais para a execução das atividades. Destacamos que é imprescindível a presença de um Técnico de Geoprocessamento e do Coordenador.

No reconhecimento de campo, os representantes da CONTRATADA seguirão a logística planejada pelo gestor da Unidade de Conservação. A coleta de dados será realizada por meio do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) em 12 reuniões, em média de 3 reuniões por dia. A execução da Etapa 2 está prevista para durar cerca de 15 dias, considerando também a chegada da equipe técnica da consultoria em Manicoré.

Nas visitas às comunidades da RDS deverão ser atualizados e coletados os dados envolvendo os principais grupos sociais, como: instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais (ONG's), pesquisadores, moradores e usuários da UC, lideranças locais, entre outros. Deverá ser informado e divulgado o objetivo do trabalho proposto para a revisão do Plano de Gestão, com o possível preenchimento de lacunas identificadas no diagnóstico preliminar e levantamento de informações adicionais.

Esta atividade visa atualizar dados primários em campo e entender a situação local de aproximadamente 547 famílias que residem nas 12 comunidades localizadas ao longo das margens do rio Madeira, da BR174 e da BR319, conforme o Plano de Gestão atual. Serão realizadas consultas e entrevistas participativas, utilizando a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) nas Reuniões Setoriais, envolvendo moradores e outros usuários que interagem direta ou indiretamente com a UC e seu entorno.

Durante a coleta de dados deverão ser empregados distintos recursos e métodos participativos que possibilitem conhecer as características da população, o modo de produção local, a relação das comunidades com a natureza e suas expectativas em relação à UC. Para nortear as discussões com a população, é interessante conhecer o uso que estas fazem do espaço e dos recursos naturais, qual a sua relação com a Unidade, identificando-se as potencialidades, fragilidades e limitações existentes.

Nas atividades de campo, a CONTRATADA deverá iniciar, de forma participativa, a elaboração do Modelo Conceitual da RDS do Rio Amapá, com base nos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, considerando os Alvos de Conservação, Serviços Ecossistêmicos, Alvos de Bem-estar Social e Ameaças. A partir dessa metodologia, deverão ser apresentados os conceitos, graus de

interferência, tabelas e demais elementos que estimulem o grupo a refletir sobre os objetivos da visita à RDS, alinhando-os às finalidades da unidade. Durante esse processo, serão obtidos dados primários em campo — como informações socioeconômicas, cadeias produtivas, situação fundiária, zoneamento, regras de uso, atividades de pesquisa e programas de gestão — além de se aprofundar o conhecimento sobre a realidade local. Caberá à CONTRATADA elaborar e conduzir consultas e entrevistas de forma participativa e colaborativa com os moradores e demais usuários que se relacionam, direta ou indiretamente, com a RDS do Rio Amapá e seu entorno, por meio de reuniões setoriais realizadas durante o período de campo.

Levantamento socioeconômico

A CONTRATADA realizará a atualização dos dados e informações dos moradores da RDS do Rio Amapá e seu entorno utilizando a metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo. O levantamento incluirá a quantidade de famílias por polos e suas respectivas comunidades, além de aspectos como escolaridade, acesso à saúde, gênero e renda, além da identificação da população. Também serão feitas uma análise das situações de conflito existentes ou potenciais, uma avaliação socioeconômica integral e a (re) identificação da infraestrutura e instalações de apoio social, comunitário e econômico (como escolas, postos de saúde e micro agroindústrias). Além disso, será analisado o contexto atual das organizações associativas e das lideranças comunitárias, bem como suas relações nas comunidades da RDS do Rio Amapá.

Também deverão ser caracterizadas as atividades potenciais de uso público, assim como a infraestrutura e os equipamentos de apoio existentes ou propostos. Serão relacionadas as informações necessárias para entender a dinâmica de visita e sua evolução, incluindo os acessos à UC, os municípios de origem da demanda de visita, o desenvolvimento do turismo no entorno, o perfil do visitante, a infraestrutura planejada (se houver), áreas com potencial para visita e os principais grupos de interesse.

Para tanto, será fornecido o modelo de questionário padrão que poderá ser ajustado, caso necessário, pela CONTRATADA, com anuência da SEMA-AM.

A partir disso, a CONTRATADA deve levantar informações censitárias sobre saneamento básico e índice de doenças infectocontagiosas e endêmicas, assim

como, as condições possíveis de disseminação de contaminações na RDS do Rio Amapá e seu entorno. É de grande importância que sejam levantadas informações quanto ao número de crianças, idosos, jovens, mulheres e homens residentes nas comunidades, bem como o nível formação (fundamental I e II, médio e superior) de seus moradores e o número de escolas que atendem a essa população na RDS.

Caracterização da situação fundiária

A CONTRATADA deverá caracterizar a situação fundiária (situação dominial) da Unidade de Conservação, com foco nas áreas ocupadas por moradores, localizadas tanto no interior quanto no entorno da RDS. Além disso, deverá identificar conflitos existentes ou potenciais na Reserva, realizando levantamentos nos órgãos responsáveis pela gestão de terras e obtendo informações cartoriais municipais, conforme os itens abaixo:

I – Glebas, verificando tamanho e percentual da RDS;

II – Ocupações irregulares e invasões;

III – Propriedades particulares (Títulos Definitivos, Títulos Provisórios e Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU individuais);

IV – Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU coletivo da RDS;

V – Limites municipais abrangidos pelo atual polígono da RDS;

VI – Sobreposições de Terras Indígenas e UC federais com a RDS.

Observação: A SEMA-AM apoiará a CONTRATADA no envio dos documentos necessários para sua apresentação aos órgãos responsáveis pela gestão de terras, destacando que, após essa apresentação, a CONTRATADA deverá se apresentar formalmente às instituições, por meio de ofício emitido pela SEMA-AM, informando que é a prestadora de serviço responsável pela atualização das informações fundiárias da Unidade de Conservação.

Diagnóstico de Cadeias Produtivas:

No Diagnóstico de Cadeias Produtivas (agrícolas, extrativismo vegetal, mineral e pesca comercial), deverão ser caracterizadas as atividades potenciais ou já realizadas — mesmo que de maneira informal — na RDS, bem como a infraestrutura e os equipamentos de apoio existentes ou propostos. Com base nesse levantamento,

deverão ser identificadas as possíveis oportunidades e ameaças relacionadas às atividades econômicas, considerando sua potencialidade e incluindo informações essenciais como os acessos à RDS do Rio Amapá, os municípios de origem da demanda, o perfil dos usuários, a infraestrutura planejada (caso exista), as áreas com indicação de potencial para produção e alternativas sustentáveis para a produção, destacando que nesta parte também devem ser consideradas as atividades produtivas que ocorrem no entorno da RDS ou nas cidades com maior potencial consumidor.

Contudo, o Diagnóstico das Cadeias Produtivas deve:

- Identificar, caracterizar e analisar as áreas onde a produção agrícola, extrativismo vegetal, mineral e pesca comercial atual é formal, informal, incipiente, desorganizado ou inexistente;
- Identificar os locais, dentro da RDS do Rio Amapá, onde potenciais atividades de produção, extrativismo e pesca comercial e seus atributos estão inseridos, descrevendo seu meio físico;
- Descrever os prováveis impactos sociais, econômicos e ambientais;
- Apontar formas de potencializar essas oportunidades através da identificação de nichos de mercado a serem explorados, buscando sempre minimizar os riscos para a conservação da RDS;
- Descrever a infraestrutura mínima necessária, com descrição das características do acesso;
- Identificar temáticas já implantadas;
- Sugerir programas ou negócios que possam ser desenvolvidos pela RDS do Rio Amapá por meio de delegação de serviços, através de autorizações, permissões e/ou concessões, priorizando, sempre que possível, a integração da comunidade local nos processos de produção, extrativismo e pesca comercial da RDS;
- Sugerir estratégias de monitoramento de cada atividade quanto à qualidade dos produtos e aos impactos ambientais de seu funcionamento;
- Elaborar mapas da RDS do Rio Amapá e suas áreas produtivas em formato A4, A3 e A0, apresentando, identificando e destacando:
 - ✓ Categoria de uso (área de produção agrícola, extrativismo ou pesca comercial);

- ✓ Sazonalidade;
- ✓ Condições de acesso.
- No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para as atividades a partir do núcleo(s) urbano(s) mais próximo(s) e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva da RDS do Rio Amapá (para analisar o escoamento dessa produção);
- Os mapas e croquis deverão ser entregues também em meio digital, em arquivos abertos à edição.
- Propor priorização da implementação de políticas públicas, com base nas prioridades identificadas, a ser utilizada pela equipe da RDS do Rio Amapá como ferramenta de planejamento a ser adaptada conforme as possibilidades que forem se apresentando.

Zoneamento

Com base no Diagnóstico Preliminar, da aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo e da sistematização dos dados secundários, a CONTRATADA deverá apresentar uma proposta de zoneamento para a UC e as regras de uso, de forma integrada, que após aprovação da SEMA-AM, servirá de base para a discussão na OPP.

Caberá à CONTRATADA verificar e qualificar as sobreposições territoriais e institucionais relacionadas às Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, Proteção do Patrimônio Espeleológico, Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade, Corredor Central da Amazônia – CCA e demais corredores ecológicos, Mosaico de Áreas Protegidas, Geoparques, Reserva da Biosfera da Amazônia Central – RBAC, Sítios Ramsar, Áreas de Interesse para Conservação de Morcegos – AICOM e de Aves – IBA, Sítios Arqueológicos e Espeleológicos, Terras Indígenas e Quilombolas, Assentamentos Rurais, bem como Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs.

Deverá ser realizada uma abordagem específica para cada uma dessas categorias, com a consolidação de uma matriz de sistematização dos dados, contendo os respectivos valores de sobreposição territorial.

Com base neste diagnóstico preliminar, a CONTRATADA deverá apresentar uma proposta de zoneamento para a RDS do Rio Amapá, de forma integrada, que após aprovação da SEMA-AM, servirá de base para a discussão na OPP.

Plano de Proteção e Gestão

A atualização dos dados dos moradores será feita por meio do Diagnóstico Rápido Participativo.

A CONTRATADA será responsável pela elaboração de um diagnóstico detalhado, com o objetivo de compreender os principais problemas e conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Amapá. Com base nesse diagnóstico, deverá ser desenvolvido um planejamento estratégico que contemple a discussão e definição de programas, ações e parcerias voltadas à implementação de medidas de proteção na Unidade de Conservação. Ao final do processo, a CONTRATADA deverá consolidar os resultados obtidos na forma de um Plano de Proteção, no qual deverão estar claramente identificados os pontos de conflito, bem como as estratégias construídas em conjunto com os diferentes atores institucionais, visando à formação de alianças e à efetivação das ações propostas.

Após a conclusão do diagnóstico, a CONTRATADA deverá desenvolver um programa de gestão integrada específico, alinhado aos planos de ação dos Territórios Institucionais sobrepostos à área da RDS do Rio Amapá. Também será de responsabilidade da CONTRATADA a elaboração de um programa específico voltado à proteção e vigilância da Unidade de Conservação, com foco na mitigação de riscos e na preservação dos recursos naturais.

Além disso, será obrigatória a atualização da Matriz de Planejamento Sistemática da RDS do Rio Amapá. Essa matriz deverá contemplar, de forma detalhada, todos os programas e subprogramas de gestão, as respectivas atividades (medidas de gestão), os meios de verificação (indicadores), os pré-requisitos para execução, os parceiros institucionais envolvidos e os prazos estimados para cada ação, contados em meses.

PRODUTO 2: Diagnóstico preliminar do socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão, atualização dos dados fundiários e plano de proteção em forma digital.

ETAPA 3 - Oficina de Planejamento Participativo - OPP

A CONTRATADA, deverá apresentar para equipe técnica da SEMA uma proposta preliminar de identificação de estratégias a serem utilizadas na gestão da Unidade de Conservação. Nesta etapa serão identificadas a missão e a visão de futuro da UC; o zoneamento e as regras de uso dos recursos naturais, estratégias de ação da unidade e programas de gestão e prazos para sua implementação.

A CONTRATADA deverá conduzir, em conjunto com a equipe técnica da SEMA-AM, a realização da Oficina de Planejamento Participativo, a ser promovida em cada um dos três polos da RDS do Rio Amapá. Cada oficina terá duração de 02 (dois) dias e deverá envolver a participação efetiva das comunidades locais, atendendo aos 03 (seis) polos da Unidade de Conservação.

Durante esses encontros, as principais diretrizes de planejamento serão discutidas e construídas de forma coletiva, garantindo a integração dos saberes tradicionais, o alinhamento institucional e o fortalecimento do protagonismo comunitário no processo de gestão da Unidade de Conservação.

Caberá à CONTRATADA disponibilizar quatro profissionais para a execução das atividades, sendo: um técnico de geoprocessamento, responsável pelo trabalho de zoneamento; um moderador; um relator para a OPP e, de forma obrigatória, um Coordenador Geral.

Durante a oficina, a CONTRATADA deverá apresentar o resumo do diagnóstico preliminar da RDS do Rio Amapá, e na sequência, conduzir a reunião com base nas metodologias estabelecidas pelos Padrões Abertos para a Prática da Conservação (CMP, 2007), visando ao refinamento do Modelo Conceitual da referida RDS e a realização das respectivas análises estratégicas, conforme as diretrizes estabelecidas pela equipe técnica da SEMA.

As propostas de zoneamento interno e das zonas de amortecimento da RDS do Rio Amapá serão trabalhadas a partir de ferramentas participativas, do diagnóstico e dos mapas situacionais já produzidos, que deverão ser entregues em formato digital em tamanho A3 e A0, e impressos em tamanho A0 para serem levados para a Oficina pela CONTRATADA.

Produto 3: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) em versão digital, contendo informações revisadas e atualizadas sobre o Diagnóstico

socioeconômico, zoneamento, regras de uso, fundiário, os programas de gestão e plano de proteção da RDS do Rio Amapá, contendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA-AM.

ETAPA 4 – Apresentação da Revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Amapá ao Conselho Gestor da Unidade, versão final.

A CONTRATADA apresentará a versão consolidada da revisão do plano de gestão em uma reunião extraordinária do Conselho Gestor da Unidade de Conservação com participação em média de 24 representantes do conselho durante 01 (um) dia de atividade. A CONTRATADA terá dois dias para processar os dados validados nesta reunião. Duração média da viagem será de 6 dias.

É de responsabilidade da CONTRATADA os outros custos com itens individuais, materiais e equipamentos para a realização da atividade das OPP's.

Após a apresentação ao Conselho Gestor, a equipe SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizada, pela equipe da SEMA.

A CONTRATADA deverá elaborar Relatório documentando com as análises, discussões e propostas levantadas na reunião do Conselho Gestor da UC.

PRODUTO 4: Relatório de apresentação de revisão e atualização do Plano de Gestão no conselho deliberativo da RDS do Rio Amapá em versão digital e impresso a ser disponibilizado aos conselheiros.

ETAPA 5 – Consolidação do produto final – Revisão do Plano de Gestão juntamente com as contribuições do Conselho Gestor e da SEMA.

Após a apresentação ao Conselho Gestor, a SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizado, pela SEMA-AM.

A CONTRATADA deverá elaborar ainda um Relatório documentando, analisando todo o processo de revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Amapá, registrando os problemas encontrados, as lições aprendidas e as recomendações

correspondentes para melhoria do processo de planejamento e revisão do Plano de Gestão das Unidades de Conservação. É de responsabilidade da CONTRATADA elaborar uma versão resumida e ilustrada em linguagem acessível às comunidades da RDS do Rio Amapá contendo as principais informações da revisão do plano.

Todos os documentos gerados neste Produto, deverão ser entregues, em formato digital e físico, para a SEMA-AM, contendo todas as informações atualizadas.

PRODUTO 5: Versão final da primeira revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Amapá, bem como uma versão resumida ilustrada, acessível à comunidade do referido Plano de Gestão, em formato digital aberta e impressa; com duas cópias para SEMA/AM, e uma via digital para o FUNBIO (e-mail e pen drive); e entrega das bases cartográficas digitais no formato *Shapefile*.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os produtos intermediários e os produtos finais deverão ser escritos em língua portuguesa e entregues em sua versão final por meio digital (*Pen Drive*), gravados no formato adobe PDF e em documento aberto, assim como 01 (uma) via original, impressa em qualidade “*Laserprint*” ou similar, em papel formato A4, de acordo com as Normas Brasileiras (ABNT), com exceção dos mapas, desenhos e gráficos, em que poderão ser utilizados outros formatos para sua perfeita compreensão.

A formatação dos documentos, tanto na versão preliminar, como na final, deverá observar as seguintes características:

- Programa: Word;
- Texto: ARIAL 12, justificado;
- Páginas numeradas;
- Numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1., etc.);
- Tamanho A4 do papel;
- Margens da página: superior/inferior - 2 cm, esquerda - 3 cm, direita -2 cm cabeçalho/rodapé: 1,6 cm;
- Sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda;
- Espaço de uma linha entre parágrafos;

- Espaçamento de 1,5 linhas no documento preliminar e 1,0 linha (simples) na versão final.

Também devem ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários:

- Tabelas, quadros, croquis e quaisquer outras instruções deverão estar enumerados e apresentar legendas e títulos completos e autoexplicativos.
- As siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas e deverá aparecer uma relação das siglas utilizadas no início do documento.
- As palavras em outros idiomas deverão vir em *itálico*.
- Nomes científicos também deverão estar em *itálico*, sem separação de sílabas, seguidos ou antecédidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em *itálico* e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto.
- Os nomes populares compostos deverão ter hífen sempre que justificado. Nomes populares estarão sempre em minúsculas.
- Autores e obras citadas deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data.

Todo o material cartográfico deverá ser entregue em duas vias (uma impressa e uma em meio digital), nos formatos mais apropriados para apresentação, discutidos e aprovados pela equipe de trabalho da SEMA/AM.

Todas as informações georreferenciadas (base de dados), bem como os mapas decorrentes, deverão ser construídos nos formatos ArcInfo, Arcview, ArcMap e Access, em conformidade com o modelo de dados do sistema de informações geográficas estruturado. Todos os dados produzidos deverão ser entregues no formato digital, em *Pendrive* e impressos em 02 (duas) vias em papel. Todas as imagens utilizadas, incluindo as de satélite, deverão ser entregues georreferenciadas, juntamente com os seus arquivos de posicionamento cartográfico observando o DATUM usado no país.

Toda a base cartográfica digital, constituída ou adquirida, pela CONTRATADA no formato *Shapefile* deverá obrigatoriamente ser disponibilizada à SEMA/AM, no momento da entrega do produto final, assim como, os memoriais descritivos

pertinentes. A CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO em meio digital (e-mail ou Pen Drive), devidamente aprovados pela SEMA/AM.

10. CRONOGRAMA E FORMA DE PAGAMENTO

A duração total dos trabalhos para conclusão da revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Amapá está estimada em no máximo 06 (seis) meses, mas é tolerada a conclusão antecipada. Este período total, ou outro de menor duração que pode ser apresentado pela consultoria, deve estar organizado em um cronograma que indique o tempo de execução de cada uma das atividades propostas e o número de dias, referidos do início do trabalho até a data em que serão entregues os produtos.

Produtos		Valor (%)	Prazo (dias) – após assinatura do contrato
1	Produto 1: Plano de Trabalho contendo o cronograma detalhado e sistematizado, que definirá as atividades, seus responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico-financeiro, prazos e insumos necessários, em formato digital.	5	Até 15 dias
2	Produto 2: Diagnóstico preliminar do socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão, atualização dos dados fundiários e plano de proteção em forma digital.	30	Até 80 dias
3	Produto 3: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) em versão digital, contendo informações revisadas e atualizadas sobre o Diagnóstico socioeconômico, zoneamento, regras de uso, fundiário, os programas de gestão e plano de proteção da RDS do Rio Amapá, contendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA-AM.	15	Até 110 dias
4	Produto 4: Relatório de apresentação de revisão e atualização do Plano de Gestão no conselho deliberativo da RDS do Rio Amapá em versão digital e impresso a ser disponibilizado aos conselheiros.	10	Até 150 dias
5	Produto 5: Versão final da primeira revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Amapá, bem como uma versão resumida ilustrada, acessível à comunidade do referido Plano de Gestão, em formato digital aberta e impressa; com duas cópias para SEMA/AM, e uma via digital para o FUNBIO (e-mail e pen drive); e entrega das bases cartográficas digitais no formato <i>Shapefile</i> .	40	Até 180 dias

Qualquer alteração no cronograma das atividades, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

A versão final da Revisão do Plano de Gestão da RDS, bem como uma versão resumida ilustrada, acessível a comunidade do referido Plano de Gestão, em formato digital aberta e impressa; com duas cópias para SEMA/AM, e uma via digital para o FUNBIO (e-mail ou Pendrive); e entrega das bases cartográficas digitais no formato Shapefile, ficará sobre a responsabilidade da CONTRATADA.

O presente contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com recursos do Programa ARPA, após a aprovação deste Termo de Referência pelo Ponto Focal e pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP, do Ministério do Meio Ambiente.

,11. DADOS, SERVIÇOS LOCAIS, PESSOAL E INSTALAÇÃO PELO CLIENTE

Todos os gastos com administração e pessoal necessário, correrão por conta da CONTRATADA e deverão fazer parte da sua proposta. Serão disponibilizados pela SEMA/AM mapas, croquis e demais informações e apoio relevantes à área da RDS do Rio Amapá.

12. SUPERVISÃO

O acompanhamento e supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da SEMA/AM. A CONTRATADA fornecerá à SEMA/AM todos os elementos necessários ao processo de acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados para a elaboração do projeto. Será estabelecido na equipe de trabalho da SEMA/AM um interlocutor para interagir com a consultoria, que fará seus contatos através do mesmo ou de pessoas por esse interlocutor autorizadas.

A SEMA/AM e os financiadores terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência, mediante a prévia coordenação de suas ações e participações do interlocutor da equipe de trabalho com a consultoria. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste termo de referência.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos

trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a SEMA/AM, de forma *online*, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA/AM. A CONTRATADA deverá fornecer informações complementares e proceder à reformulação dos documentos, conforme as solicitações e observações da equipe técnica, as quais deverão ser formalizadas por escrito. Para cada produto, serão permitidas no máximo duas revisões, caso a primeira não atenda integralmente às demandas da SEMA. O prazo para retorno da SEMA quanto à necessidade de ajustes ou adequações será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da versão revisada do produto.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência do Conselho Gestor da RDS e da SEMA/AM, que podem solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão.

13. PRAZOS

A consultoria será realizada em até 180 dias, a contar da assinatura do contrato.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (nota fiscal, fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas se forem o caso). Os prazos de avaliação de cada produto por parte do órgão gestor, e da CONTRATADA, estão descritos no cronograma de desembolso.

14. OBRIGAÇÕES

14.1 Obrigações da CONTRATADA

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e honorários de sua equipe bem como os custos de permanência de sua equipe no período de vigência do contrato, com a supervisão da SEMA-AM.

Observa-se que os custos relacionados as passagens aéreas, transporte, alimentação e hospedagem da equipe da consultoria que realizará a expedição de campo, ficará a cargo da CONTRATADA até a sede do município de Manicoré, que faz limite com a Unidade de Conservação.

Diante disso, ressaltamos que a CONTRATADA terá como responsabilidade. manter sua equipe na sede do município nos dias que estiverem em deslocamento na cidade até a Unidade de Conservação. A SEMA apoiará com a logística da sede da cidade até a Unidade de Conservação.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste TdR.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a SEMA-AM, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

14.2 Obrigações da CONTRATANTE

Os mapas e o banco de dados de SIG e os estudos de análise das UC serão fornecidos pela SEMA-AM, sem prejuízo do andamento dos trabalhos, cabendo a CONTRATADA solicitar formalmente.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA-AM.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da equipe técnica da SEMA-AM e será realizada em até 10 dias úteis da data de entrega, podendo solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão, em até no máximo duas revisões.

A logística, mobilização, organização, deslocamento, hospedagem e alimentação dos conselheiros e equipe técnica da SEMA, para realização da reunião do conselho, será custeada por meio do Plano Operacional da Unidade. O deslocamento da equipe da contratada do município sede até a Unidade de Conservação, bem como os gastos com combustível, equipamentos, transporte, alimentação para expedição de campo e realização das oficinas ficará a cargo da SEMA-AM.

15. AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

15.1. Qualificação da Consultoria

A experiência da consultoria será comprovada mediante apresentação de atestados que comprovem sua experiência em Diagnóstico ou Planejamento Ambiental e trabalhos de Elaboração e Revisão de Planos de Gestão de Unidade de Conservação. É importante que a empresa esteja relacionada com atividades pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

15.2. Qualificação da equipe profissional

A equipe da consultoria CONTRATADA deverá atender as seguintes qualificações:

15.2.1 Descrição do Perfil do Coordenador Geral: Desejável profissional com Graduação (Latu Sensu) ou Mestrado em áreas correlatas ao perfil desejado preferencialmente na área das ciências ambientais ou da terra (biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou afins) e com experiência em coordenação técnica na elaboração e revisão de planos de manejo (Gestão) de UC no Bioma Amazônico, consultoria na elaboração ou coordenação de Diagnósticos Ambientais e/ou Socioeconômicos. Deverá coordenar tecnicamente os trabalhos de campo e de escritório, sistematizar os resultados, realizar a integração dos dados obtidos pelos estudos temáticos e ter conhecimentos das metodologias constantes no Macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Este profissional será o responsável pela qualidade e pela apresentação dos produtos objetos desse Termo de Referência.

15.2.2 Descrição do Perfil do Responsável pela elaboração e análise do levantamento socioeconômico, cadeias produtivas e plano de proteção: Desejável profissional com Graduação em áreas correlatas ao perfil desejado (Sociologia, Geografia, Agrônomo, Antropólogo, Engenharia Florestal ou outras afins) e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em diagnósticos populacionais e de produção rural (agrícola, extrativismo, pesca, manejo de fauna

silvestre, exploração florestal). Preferencialmente, ter experiência com a metodologia de *Padrões Abertos para a Prática da Conservação* e as demais constantes no macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé, ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Deverá realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação, sob sua responsabilidade, do edital.

15.2.3 Descrição do Perfil do Responsável pelos levantamentos e análises

fundiárias: desejável profissional com Graduação (Latu Sensu) em áreas correlatas ao perfil desejado (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins). Consultoria na elaboração ou coordenação de Diagnósticos Fundiário em áreas naturais protegidas. Consultoria em elaboração de Plano ou Programa de Regularização Fundiária ou correlatos a questão fundiária em UC. Consultoria utilizando metodologias e análises de sistematização de dados e informações fundiárias com conhecimento e experiência em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas. O profissional deve ter experiência plena nas atividades de levantamento cartorial, da cadeia dominial e das características fundiárias de áreas protegidas naturais. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves.

15.2.4 Descrição do Perfil do Responsável pelas análises do Sistema de

Informações Geográficas: desejável profissional com Graduação em áreas correlatas ao perfil desejado (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins) com conhecimento e consultoria em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas. Experiência na elaboração de zoneamento para Planos de Manejo de UC, conforme definidas na Lei Nº 9.985/2000 ou em legislação estadual correlata

15.2.5 Descrição do Perfil do Moderador/ Facilitador:

Curso de formação em organização e moderação de oficinas. Experiência na organização e moderação de eventos participativos (consultas públicas, seminários, conselhos de UC etc.),

preferencialmente na região amazônica. Deverá possuir conhecimento e/ou experiência com a metodologia dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação. Esse profissional participará das atividades relacionadas à organização, mediação, relatoria e sistematização das oficinas participativas.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos (incluindo as fases de escritório e de campo) para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

15.3. Qualificação do Plano de Trabalho

A análise do Plano de trabalho considerará a adequação da Proposta aos objetivos fixados no Termo de Referência, incluindo abordagem técnica, metodologia e cronograma.